

# A oferta de cursos superiores públicos em turismo e áreas afins em relação aos 65 destinos indutores do turismo no Brasil

Kleber de Oliveira da Silva<sup>1</sup>  
Grislayne Guedes Lopes da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente estudo possui como principal objetivo analisar a oferta de cursos de bacharelado e tecnológico em turismo e áreas afins ofertados por instituições de ensino público nos 65 destinos indutores definidos pelo Ministério do Turismo. Por afins, entende-se que são os cursos correlatos ao turismo que formam discentes nas áreas de hotelaria, gastronomia, eventos, gestão de turismo e gestão desportiva e do lazer, os quais foram delimitados com base em dados do Ministério da Educação. Diante da importância da qualificação profissional para o desenvolvimento competitivo de destinos, este estudo busca apresentar um diagnóstico que retrate a oferta de cursos superiores nas regiões consideradas como prioritárias para o desenvolvimento do turismo no Brasil. Para a identificação dos cursos foram feitos levantamentos de dados junto ao portal e-MEC, mantido pelo Ministério da Educação. Os resultados revelam a existência de 73 cursos superiores públicos nos 65 destinos indutores, os quais são apresentados em conjunto de mapas, que destacam a distribuição espacial dos cursos conforme o seu grau (bacharelado ou tecnológico) e área de formação. Também são enfatizados os destinos indutores que não possuem cursos e as cidades limítrofes que contam com essa oferta.

**Palavras-chave:** Turismo. Hospitalidade. Educação. Ensino superior. Destinos indutores.

## Introdução

O ensino superior em turismo e áreas afins no Brasil tem se modificado ao longo das últimas décadas. Por um lado houve um crescente aumento no número de cursos, mas que não tem sido acompanhado por um plano estratégico focado nas necessidades atuais e futuras de recursos humanos para o setor. Esse crescimento sem sustentabilidade (Mota, 2003) resultou em um descontrole na oferta de cursos e números de vagas no final da década de 90, influenciando no fechamento de muitos cursos em instituições de ensino em todo o país ao longo da década de 2000 (Mota & Anjos, 2012; Silveira, Medaglia, & Gândara, 2012).

Os cursos superiores correlatos ao turismo compreendem um amplo conjunto de áreas, dentre as quais destacam-se: hotelaria, eventos, gastronomia, gestão de turismo e gestão

---

<sup>1</sup> Mestre em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Bacharel em Turismo pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Email: kleber.silva1@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mestranda em Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/USP) e Bacharel em Turismo pela Escola de Comunicações e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP); Especialista em Geoprocessamento e Gestão Ambiental pelo Centro Universitário SENAC. E-mail: gris-guedes@uol.com.br.

desportiva e do lazer, todas referenciadas pelo “Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia<sup>3</sup>” e diretrizes curriculares dos cursos de bacharelado em Turismo, hotelaria e gastronomia<sup>4</sup>. Em relação aos níveis de formação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996) define o ensino superior no Brasil em três graduações: licenciatura, bacharelado e tecnologia, cada uma com características próprias definidas pela contribuição que cada egresso desempenhará em sua vida social e profissional. Além disso, tais cursos podem ser oferecidos em duas modalidades: presencial ou à distância (Mota, 2011).

Quando analisado as políticas públicas estruturantes da atividade turística no Brasil (Planos Nacionais) verifica-se uma pouca atenção dada para o planejamento da qualificação dos recursos humanos específicos para o setor. Essa realidade é evidenciada no apontamento de Mota (Mota, 2003, p. 124), que afirma que “no mercado da educação em Turismo e Hotelaria no Brasil não se tem um diagnóstico claro da situação atual (onde se está), e nem de tendências e perspectivas futuras (para onde se está indo)”. Mesmo passado mais de uma década da publicação dessa avaliação, verifica-se que ela ainda continua atual, dado que no momento do desenvolvimento deste estudo constatou-se que quase não houve avanço em investigações sobre o assunto, ainda permanecendo desconhecido “para onde ou até onde seria desejável se caminhar” na educação superior em turismo e áreas afins (Mota & Anjos, 2012, p. 61).

Esse contexto faz emergir uma série de perguntas, em relação aos destinos considerados como prioritários para o desenvolvimento do Turismo no Brasil: os 65 destinos indutores definidos pelo Ministério do Turismo (Mtur) possuem oferta de ensino público na área do turismo e áreas afins? Quais os destinos e regiões possuem maior variedade de níveis de formação (bacharelado e tecnológico)? Qual a diversidade de áreas abrangidas por esses cursos?

Com base nesses questionamentos, o presente estudo tem como objetivo analisar a oferta de cursos superiores públicos em turismo e áreas afins nos 65 destinos indutores definidos pelo Ministério do Turismo.

Os resultados são uma importante referência para a compreensão da distribuição espacial dos cursos de turismo e áreas afins nas regiões consideradas como prioritárias para o desenvolvimento do turismo e recepção de turistas internacionais. O mapeamento dos cursos superiores fornecem subsídios para compreender possíveis discrepâncias na distribuição dos cursos, assim como destaca as áreas mais carentes de instituições de ensino público para qualificação da mão de obra necessária para o setor.

Essa pesquisa visa reforçar o argumento de muitos pesquisadores (Ansarah, 2002; Lima & Rejowski, 2011; Mota & Anjos, 2012), que sugerem a necessidade urgente de um planejamento

---

<sup>3</sup> O catálogo organiza e orienta a oferta de cursos superiores de tecnologia, inspirado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico, dentre as áreas componentes está “Hospitalidade e lazer”, que compreende os seguintes cursos: eventos; gastronomia; gestão desportiva e de lazer; gestão de turismo; hotelaria.

<sup>4</sup> Verifica-se que a nomenclatura dos cursos pode variar conforme a Instituição de Ensino Superior, que em alguns casos possuem cursos que congregam “Turismo e Hotelaria” em conjunto.

estratégico para a educação em turismo, com destaque para a implantação de políticas públicas específicas visando suprir as deficiências nos recursos humanos do setor.

O presente estudo está estruturado em quatro partes: primeiramente apresenta-se uma síntese teórica sobre a importância da qualificação de mão de obra em destinos turísticos, a evolução da educação em turismo e áreas afins no Brasil, e a implantação do Programa de Regionalização do Turismo, que criou os 65 destinos indutores do turismo no Brasil; em um segundo momento será detalhado a metodologia utilizada para levantamento de dados secundários; em seguida serão apresentados os principais resultados sobre a distribuição dos cursos e instituições de ensino superior nas 65 regiões analisadas; e por fim serão apresentadas as considerações finais e referenciais consultados.

### **Importância da qualificação de mão de obra no turismo**

O contexto pós-industrial no qual a sociedade esta inserida no século XXI é marcado pela complexidade, mudança, grande quantidade de informações e dinamismo, exigindo assim profissionais altamente capacitados em diversas áreas da atividade turística (Ansarah, 2002; Trigo, 1998). De acordo com Rejowski e Carneiro (2003, p. 190):

o turismo relaciona-se às mudanças globais num mundo em constante transformação, em que a ordem altera-se rapidamente em desordem, e o avanço da tecnologia e a facilidade de acesso à informação impõem constante atualização, flexibilidade e rápida adaptação perante essa realidade.

A qualificação da mão de obra se apresenta como algo de necessidade constante. No decorrer da história a qualificação se destacou com vários conceitos que foram se aprimorando até os dias atuais. Na década de 70, Theodore Schultz e Frederick Harbison criaram a “teoria do capital humano”, direcionado ao sistema capitalista e o modelo industrial de produção. Eles defendiam que era importante ter instrução e progredir no conhecimento como ferramentas “fundamentais para a formação do chamado capital humano, de recursos humanos, isto é, a solução para a escassez de pessoas possuidoras de habilidades - chave para atuarem nos setores em processo de modernização” (Manfredi, 1999, p. 15).

É importante ressaltar também que para Harbison, o conceito de “formação de capital humano” estava relacionado ao desenvolvimento da formação e ampliação da quantidade de pessoas com habilidades, educação e experiência para realizar atividades profissionais que culminariam com o desenvolvimento econômico e político do país. Nesse período, o foco era o conhecimento especializado para a execução de tarefas bem técnicas, mas a partir da década de 90 no Brasil, percebeu-se que qualificação envolvia mais do que apenas conhecer as técnicas de um trabalho. A qualificação tinha como foco um âmbito maior de formação social, desenvolvimento de competências e habilidades para lidar com as mudanças no mundo (Manfredi, 1999), com valorização maior da educação e ensino.

Nesse contexto da qualificação, no caso do turismo, percebe-se a necessidade de profissionais com visão holística do turismo, para saber compreender a totalidade da área, seus inter-relacionamentos e impactos, de forma a desenvolver a atividade turística de maneira adequada (Teixeira, 2001b). Sendo assim, a educação específica no setor do turismo e áreas afins tem impacto direto na qualidade de serviços prestados em destinos turísticos (C Cooper, Shepherd, & Westlake, 2001; Mota & Anjos, 2012). Apesar do Brasil não estar entre os principais receptores de turistas no mundo, a educação em turismo tem-se especializado ao longo das últimas décadas, o que fica evidente na proposição de novos cursos em diferentes áreas e níveis de formação (Tomazoni, 2007). Eles representam um importante meio para a profissionalização de recursos humanos no setor, de modo a evitar a prática usual na condução da atividade turística de forma empírica, baseada em improvisações e esquemas amadorísticos (Ruschmann & Tomelin, 2013).

Segundo Ansarah (2002, p. 16), "para o desenvolvimento do turismo, no sentido de se caracterizar como uma oferta de qualidade faz-se necessária uma formação profissional também de qualidade". Atualmente existe uma grande variedade de possibilidades de formação, que vão desde os cursos que englobam o nível técnico, com enfoque mais específico e voltado para o mercado de trabalho, passando pelos cursos superiores de graduação e tecnológicos que possuem foco mais amplo e com destaque para a pesquisa (Mota, 2011), até a pós-graduação com especializações, mestrados e doutorados.

O ensino superior é definido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) como sendo os cursos de graduação, que formam profissionais no bacharelado e tecnológico, na pós-graduação *strictu sensu* (mestrado e doutorado), *lato sensu* (especialização e aperfeiçoamento), extensão e sequenciais. Assim sendo, como formação complementar, também ocorre uma oferta variada de cursos sequenciais, que oferecem formação específica e educação continuada concedendo certificados (Mota, 2011; Rejowski & Carneiro, 2003).

A educação profissionalizante por ser mais específica e de menor duração, acaba por atender em curto prazo as necessidades dos setores produtivos. No entanto ela deve ser pensada não apenas como imediatista, mas sim a longo prazo, ultrapassando a abordagem da prática profissionalizante rumo a um projeto educacional que estimule a competência profissional (Stergiou, 2008). Em outras palavras, não se deve pensar os cursos apenas de forma a suprir uma necessidade momentânea, mas sim como parte de um contexto maior de qualificação, que envolva as diferentes áreas e níveis de formação exigidos pela atividade turística.

É necessário refletir sobre o fato de que a qualidade de serviços prestados está diretamente ligada a qualificação da mão de obra (Catramby & Costa, 2004). O turismo é um setor diversificado com várias atividades econômicas, e os recursos humanos devem ser pensados tanto em profissionais de linha operacional, quanto com habilidades de planejamento e gestão estratégica da atividade (Costa, Umbelino, & Amorin, 2012).

Dessa forma, o ensino superior em turismo se apresenta como a base para formação de mão de obra por ser um espaço de construção do conhecimento (Catramby & Costa, 2004), de desenvolvimento de competências e de habilidades para o mercado de trabalho. Sendo que Ruschmann & Tomelin (2013) enfatizam ser importante o ensino integrado entre os cursos superiores de turismo e as empresas do setor para que os estudantes tenham uma capacitação adequada. Neste caso, a academia contribui com os conhecimentos básicos e aspectos teóricos da atividade turística, enquanto que as empresas contribuem com as práticas profissionais.

### **Educação em turismo e hospitalidade no Brasil**

A evolução da educação superior em turismo e áreas afins no Brasil, apesar de apresentar uma história recente, tem sido um tema bastante abordado por vários pesquisadores, tais como Ansarah (2002), Dencker (2002), Teixeira (2001a, 2001b), Trigo (2000), Rejowski (1996b) e Mota (2011). E, no exterior: Cooper e Sheperd (1994), e Airey e Tribe (2005). Além disso, o tema tem enfrentado constantes modificações ao longo da última década.

Na década de 1980, alguns autores defendiam que o ensino em turismo poderia ser segmentado em dois tipos, o treinamento vocacional, que consiste no treinamento de pessoal da “linha de frente, de manutenção e de apoio”, como algo mais prático e dinâmico para desenvolvimento de habilidades práticas. E em educação profissional que seria a educação pautada no ensino acadêmico, que se destina a ensinar conceitos, refletir e discutir sobre o planejamento e a tomada de decisões tanto no poder público quanto no poder privado (Teixeira, 2001b).

Enquanto que outros autores na mesma época, já especificaram que o turismo deveria ter seu modelo de ensino fundamentado de forma interdisciplinar, sendo alimentado pelo referencial teórico e metodológico de várias áreas disciplinares. Esse modelo, apesar de não ser considerado como um novo paradigma, contribuiu para a elaboração das propostas curriculares de graduações na área. Na década de 1990, houve um novo marco na trajetória da educação em turismo, na qual as modificações no ensino aconteceram em virtude das mudanças políticas, demográficas e de inovações tecnológicas no país (Sogayar & Rejowski, 2011, p. 285).

Atualmente o ensino em turismo permanece em discussão por autores da área, sendo que se defende um ensino superior em turismo multidisciplinar e preparador de forma holística para o mercado de trabalho. A autora Marutschka Moesch defende e enfatiza em seus textos a importância de um ensino em turismo que considere o fenômeno turístico como algo amplo, com discussão de sua epistemologia de maneira multidisciplinar, tratando de incluir na teoria as práticas turísticas. A autora dá importância ao exercício do pensamento para o aprendizado da prática, baseado nos preceitos do pensamento complexo de Morin (2005), “para além dos métodos, das técnicas, das receitas, dos truques da profissão, é preciso aprender, a saber, ver e, a saber pensar. São duas fases indissociáveis do processo do conhecimento” (Moesch, 2012, p. 5).

No que diz respeito a criação dos cursos de turismo no Brasil, os primeiros iniciaram suas atividades no início da década de 1970, a qual é caracterizada pelo crescimento tímido no número de cursos, os quais viriam a estagnar na década de 80 (Lima & Rejowski, 2011), muito decorrente dos problemas econômicos enfrentados pelo país (Silveira et al., 2012). O primeiro curso de Turismo no país foi o da Universidade Anhembi Morumbi em 1971, seguido pela abertura do curso em 1973 na Universidade de São Paulo (USP), a qual se destaca por ser uma instituição de ensino superior público tendo como principal foco a formação acadêmica fundamentada nas ciências humanas e sociais (Sogayar & Rejowski, 2011).

Na década de 90, ocorre um crescimento progressivo dos cursos ofertados, seguido por uma grande expansão na década seguinte, quando tem início um processo de estagnação e declínio principalmente de cursos em instituições privadas (Mota, 2011). O primeiro curso superior de hotelaria foi criado como tecnológico em 1978 pela Universidade de Caxias do Sul (Rejowski, 1996a), o desenvolvimento de outros cursos em outras áreas tem sua origem principalmente ao longo da década de 2000, marcada pelo reflexo da evolução e maior especialização de algumas disciplinas comuns às grades curriculares dos cursos de turismo como alimentos e bebidas, organizações de eventos, recreação e lazer, que deram origem respectivamente aos cursos de gastronomia, eventos e lazer e recreação, que possui formação majoritária em nível tecnológico em instituições públicas e privadas (Ansarah, 2002; Carvalho & Rejowski, 2012; Lima & Rejowski, 2011).

Muitos autores apontam que o grande aumento do número de cursos de turismo ao longo da década de 1990 e 2000 deve-se às mudanças estruturais na educação superior decorrentes da flexibilização das leis que regulamentam o ensino superior no país, o qual abriu maior espaço para atuação de instituições privadas (Irving & Azevedo, 2002; Leal & Padilha, 2008; Silveira et al., 2012). Outro fato importante foi a criação do Ministério do Turismo em 2003, e a posterior instituição do Plano Nacional de Turismo, que trouxe maior atenção para a necessidade de qualificação profissional no setor (Mota & Anjos, 2012).

No entanto, o grande crescimento no número de cursos de turismo, não se mostrou sustentável ao longo da metade da década de 2000. O fechamento de muitos cursos é apontado como consequência de vários fatores, dentre eles, destacam-se o descontrole da oferta de cursos e número de vagas (Mota, 2003), a baixa qualidade de grande parte dos cursos existentes, muito disso decorrente da pouca quantidade de docentes qualificados (Ansarah, 2002; Panosso Neto, 2009). Também são apontados o modismo e as tendências de mercado, que influenciaram a entrada de alunos sem identidade e afinidade com a área, ou que escolhiam o curso como segunda opção aos cursos tradicionais (Ansarah, 2002; Silveira et al., 2012).

A dificuldade de absorção da mão de obra pelo mercado (Silveira et al., 2012), aliado a um deslocamento de demanda dos alunos das instituições privadas para os cursos recém criados em universidades públicas federais, estaduais e institutos federais também são argumentos defendidos (Panosso Neto, 2009). Essa realidade deixa claro a necessidade de uma política de

educação em turismo e áreas afins para a sustentabilidade do setor (Mota & Anjos, 2012; Mota, 2003), a qual exige estudos mais aprofundados que justifiquem a abertura de cursos (Silveira et al., 2012).

Nesse contexto, as instituições de ensino superior (IES) públicas e as privadas possuem um papel importante na formação de recursos humanos e no diálogo com o mercado de trabalho (Catramby & Costa, 2005, p. 23). A política de recursos humanos compreende dimensões de quantidade, qualidade e diversidade de recursos, assim como a capacidade institucional do oferecimento de educação e treinamento visando melhorar a qualidade dos profissionais em turismo (Goeldner, Richie, & Machintosh, 2002). Nesse sentido, Mota (2003, p. 124) sugere que se deve:

Dimensionar a quantidade de recursos humanos requerida pelo mercado a curto e médio prazos nos diferentes níveis, identificar áreas prioritárias de maior necessidade e interesse, quantificar e qualificar as instituições de ensino de forma sistemática são ações que devem ser profundamente estudadas e claramente explicitadas para que se possa obter êxito na formação dos recursos humanos em Turismo e Hotelaria no Brasil.

É defendido que a formação e carreira de turismólogos e de profissionais de outras áreas devam ser componentes essenciais e anteriores às políticas públicas, que assistem a atividade turística do país (Ruschmann & Tomelin, 2013). No entanto, alguns autores apontam fatores que dificultam um maior planejamento quanto aos recursos humanos no setor do turismo, destacando a dificuldade em dimensionar e definir o mercado de trabalho no setor, dado o seu tamanho absoluto e diversidade ocupacional (Ladkin, 2008). Outra constatação é quanto ao pouco poder de influência que a comunidade acadêmica tem em relação aos governos e políticas públicas (Silveira et al., 2012).

Para melhor compreender a evolução dos cursos de turismo, além de conhecer a quantidade e a região onde esses cursos são oferecidos, também é de grande importância entender o processo político dessas implantações (Buratto & Beni, 2001). Isso pode trazer respostas para entender as justificativas da instituição de cursos em áreas não tradicionalmente turísticas.

## **65 destinos indutores do turismo no Brasil**

Enquanto os cursos de turismo e áreas afins apresentaram um grande crescimento quantitativo nas últimas quatro décadas, o setor do turismo no país também expandiu rapidamente e modificou-se substancialmente no mesmo período. O setor público, com a implantação do Ministério do Turismo em 2003, buscou dar maior organização ao turismo no Brasil. A instituição do Plano Nacional de Turismo, em 2004, apresentou o Programa de Regionalização do Turismo como uma política pública estruturante do Ministério do Turismo. Esse

programa ainda em atividade visa o desenvolvimento do turismo em 65 destinos considerados como prioritários, que têm como missão a indução do crescimento da atividade nas regiões em que estão inseridos. Esses destinos caracterizam-se como núcleos receptores ou distribuidores de fluxos turísticos para localidades em seu entorno (Mtur, 2010). Essas regiões compõem representações de todos os estados do Brasil, e tem como meta adequar-se a um padrão internacional.

Para atingir o desenvolvimento do turismo nessas regiões, ao longo dos anos foram implantadas ações, dentre elas destacam-se o Salão do Turismo<sup>5</sup> e o Caderno de Indicadores de Competitividade, este último merece destaque por concentrar um conjunto de 13 dimensões<sup>6</sup> consideradas pelo Ministério do Turismo, como chave para o desenvolvimento da atividade (Mtur, 2010). Contudo, dentre as dimensões definidas, verifica-se pouca atenção dada à educação e qualificação dos recursos humanos, assunto que não consta entre as principais dimensões de análise. Dentre as dimensões definidas, a qualificação aparece somente como a variável chamada de “Capacidade de qualificação e aproveitamento do pessoal local”, dentro da dimensão “Capacidade empresarial”.

Em observação ao capítulo de aspectos metodológicos, do Relatório de “Índice de Competitividade do Turismo Nacional” (Mtur, 2013), consta que na variável de “Capacidade de qualificação e aproveitamento do pessoal local” foram identificadas as instituições de ensino técnico, faculdades ou universidades e unidades do SEBRAE, SESC, SENAI etc, bem como escolas de línguas estrangeiras para compor os níveis de competitividade. Além disso, verificou-se o aproveitamento da força de trabalho local no setor de turismo. Entretanto, não consta no relatório informações detalhadas sobre o levantamento dessa variável, com exceção da presença de um parágrafo que comenta:

Uma defasagem na oferta de pessoal local capacitado para atuar na gerência de empreendimentos turísticos — em especial nos meios de hospedagem —, sinalizados por diversos empresários entrevistados na maior parte dos destinos (MTUR 2013).

Dessa forma, aborda-se de maneira superficial que não há pessoal capacitado em alguns destinos indutores, ou seja, não há um aprofundamento sobre a distribuição espacial desses cursos e suas localidades, bem como sobre a necessidade da abertura de outros cursos. Por conta disso, esse artigo se apresenta como uma oportunidade de compreender, diante da distribuição dos cursos de nível superior público nos destinos indutores, quais as localidades que ainda

---

<sup>5</sup> O Salão do Turismo foi um grande evento, que ocorreu na cidade de São Paulo entre 2005 a 2010, contando seis edições que visavam a promoção e comercialização de roteiros turísticos das 27 unidades da Federação.

<sup>6</sup> Dimensões: 1-infraestrutura geral; 2-acesso; 3-serviços e equipamentos turísticos; 4-ativos turísticos; 5-marketing e promoção do destino; 6-políticas públicas; 7-cooperação regional; 8-monitoramento; 9-economia local; 10-capacidade empresarial; 11-aspectos sociais; 12-aspectos ambientais; 13-aspectos culturais;



carecem da qualificação para o setor de turismo. A seguir serão apresentados os aspectos metodológicos que nortearam o presente trabalho e, em seguida, será dada ênfase aos dados coletados e analisados.

## **Metodologia**

Este estudo caracteriza-se por ser exploratório e descritivo, com o levantamento de dados secundários sobre cursos superiores presenciais, em instituições públicas de nível federal, estadual e municipal, relacionados ao turismo e áreas afins nos 65 destinos indutores e em municípios limítrofes. Os procedimentos metodológicos que nortearam esse estudo estão separados em três etapas: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e análise dos dados coletados em fontes secundárias. Segundo Dencker (2007), a pesquisa bibliográfica é caracterizada pela consulta a materiais já elaborados, como livros e artigos científicos, os quais formam a base de levantamento para esse estudo, bem como dissertações e teses sobre educação superior em turismo, e anais de eventos científicos da área de turismo.

Ainda segundo a autora, a pesquisa documental “difere da pesquisa bibliográfica por utilizar material que ainda não recebeu tratamento analítico ou que pode ser reelaborado” (Dencker, 2007), sendo nessa pesquisa utilizada também a consulta a documentos de órgãos públicos, tais como o Ministério da Educação e Ministério do Turismo. Nessa segunda etapa, para identificar a oferta de cursos superiores de turismo e áreas afins em instituições de ensino público nas regiões que compreendem os 65 destinos indutores do turismo no país, procedeu-se inicialmente a uma pesquisa exploratória, a qual permitiu chegar ao número de cursos que fazem parte do universo desta pesquisa.

Foram levantados todos os cursos superiores públicos de turismo e áreas afins presenciais existentes no Brasil, mediante consulta no dia 15 de maio de 2014 ao *site* e-MEC ([emec.mec.gov.br/](http://emec.mec.gov.br/)), sistema mantido pelo Ministério da Educação que contém informações sobre Instituições de Ensino Superior e seus cursos ofertados em todo o território nacional. Para a coleta dos dados, foi utilizada a “consulta avançada”, que possibilitou aplicar alguns filtros no levantamento, além de utilizar nomenclaturas oficiais da área de turismo, hospitalidade e lazer, e suas variações (eventos, gastronomia, gestão desportiva e do lazer, gestão de turismo, turismo e hotelaria, e hotelaria), com referência ao “Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia”, confeccionado pelo MEC (2010, p. 42), inspirado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico. Assim, no site foi possível identificar os cursos de graduação (bacharelados, tecnológicos e de licenciatura) existentes em todo o Brasil. Neste quesito faz-se a ressalva que foram identificados no sistema e-Mec 2 cursos considerados como “licenciatura”, no entanto os mesmos são ofertados na modalidade a distância, não fazendo parte da análise deste estudo conforme os critérios estabelecidos.

Para tornar a pesquisa dos cursos mais assertiva, optou-se pela definição de alguns critérios que nortearam o levantamento de dados. Neste caso foram considerados os cursos

ofertados na modalidade presencial e por instituições públicas (municipal, estadual e federal). Também foram analisados apenas os cursos “em atividade”, visto que o sistema oferecia possibilidades de pesquisar cursos “em extinção”, “extinto” e “sob-judice”. Além disso, foi feita a contagem considerando o número absoluto de cursos em atividade nas cidades indutoras ou limítrofes, já que uma mesma instituição pode ofertar o mesmo curso em diferentes *campus*.

As informações sobre cada curso foram tabuladas no software Microsoft Excel 2010: nome do curso, instituição de ensino superior, modalidade (presencial), grau (bacharelado e tecnológico), Estado e cidade em que os cursos são ofertados. A listagem de cursos foi posteriormente comparada com os 65 destinos indutores do turismo no Brasil (Mtur, 2013). Pelo fato de cada uma das cidades consideradas como destinos indutores não atuarem isoladamente, nesta pesquisa também foram considerados os cursos localizados nas cidades limítrofes, uma vez que cada destino indutor compõe uma região de influência. A identificação das cidades limítrofes dos destinos indutores teve como referência o site Google Mapas ([www.google.com.br/maps](http://www.google.com.br/maps)), que é um serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite da terra gratuito na internet.

Neste sentido, cada curso resultante do levantamento inicial, foi comparado com sua localização de modo a identificar se ele se encontra em um destino indutor ou cidade vizinha. No caso da existência de cursos públicos nos Estados investigados, mas que não se enquadravam nesses critérios, os mesmos não foram considerados na contagem final. A partir do levantamento dos cursos por destino indutor e cidades limítrofes foi possível a elaboração de um conjunto de mapas no software de Sistema de Informações Geográficas ArcGis 10.2.2 (ArcCatalog e ArcMap), com a distribuição espacial dos cursos superiores públicos no Brasil, especificados por grau (bacharelado ou tecnológico) e área do curso.

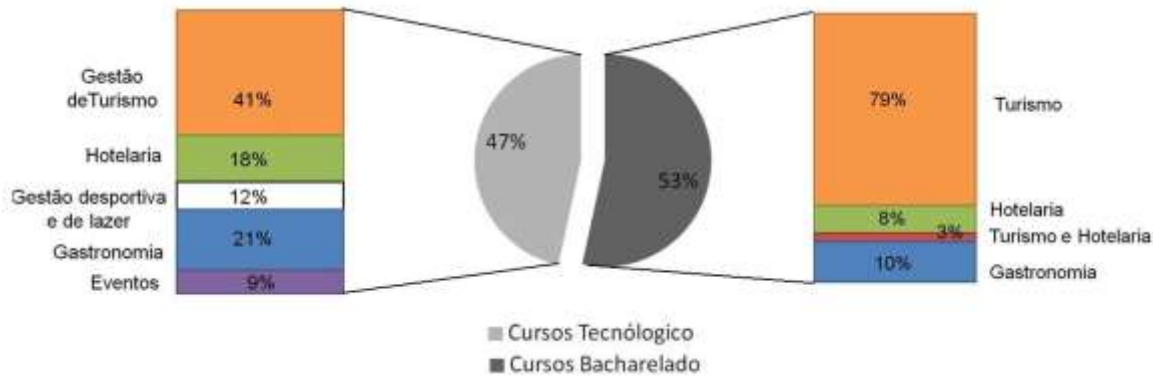
## **Apresentação e análise dos dados**

Os 65 destinos indutores de turismo definidos pelo Ministério do Turismo foram o foco de análise no presente estudo. O intuito foi o de verificar a disponibilidade de cursos superiores públicos de turismo e áreas afins nesses destinos turísticos ou em cidades vizinhas. No levantamento dos dados foram encontrados um total de 73 cursos superiores públicos, entre bacharelados e tecnológicos.

**Quando analisado a representatividade dos níveis de formação e diversidade de cursos é possível observar**

( Gráfico 1) que tanto os cursos superiores de bacharelado quanto os cursos tecnológicos estão bem representados nos 65 destinos indutores no Brasil, porém com destaque para uma oferta relativamente maior de cursos de bacharelado (53% de representatividade).

**Gráfico 1 - Participação do total de cursos de bacharelado e tecnológico de turismo e áreas afins nos 65 destinos indutores do Turismo no Brasil**



Fonte: Elaboração dos autores (2014)

Dentre os cursos no grau de bacharelado, aqueles oferecidos com a denominação de “turismo” representam a maior parcela (79%) dos cursos oferecidos nos 65 destinos indutores. Em seguida se destacam os cursos de bacharelado em “gastronomia” (10%), seguido por “hotelaria” (8%), e apenas 1 curso (3%) denominado de “Turismo e Hotelaria”. No caso da modalidade de cursos tecnológicos, verifica-se uma maior diversidade na oferta de diferentes cursos, com maior destaque para os cursos de “gestão do turismo” (41%), seguido pela oferta bem menor de cursos de “gastronomia” (21%) e “hotelaria” (18%), e como cursos específicos nesse grau de formação encontram-se “gestão desportiva e de lazer” (12%) e “eventos” (9%).

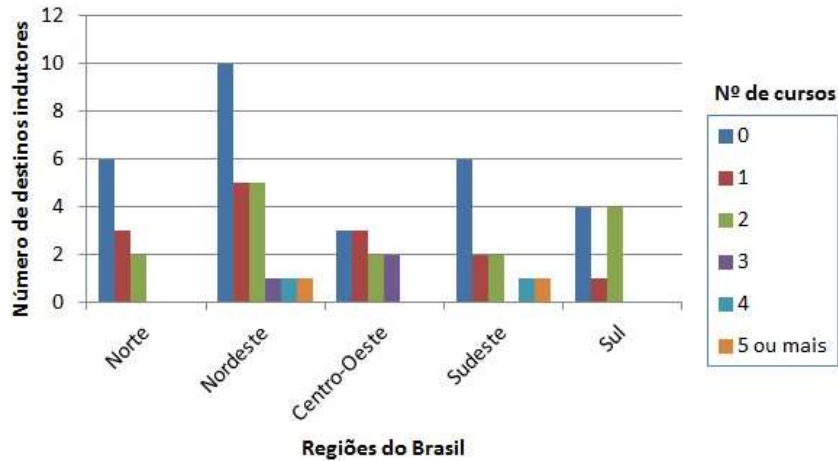
No entanto quando analisado a distribuição desses cursos entre os destinos (

#### Gráfico 2 - Destinos indutores e regiões em relação ao número de cursos

2), verifica-se que não ocorre de forma igualitária, existindo 29 destinos que não contam com nenhum curso superior público em turismo e áreas afins, enquanto apenas 2 destinos possuem 5 ou mais cursos.

A proporção de cursos por região demonstra que a região Nordeste do país concentra a maior quantidade de destinos indutores sem a oferta de cursos de turismo e áreas afins. Em relação aos destinos que possuem cursos, constata-se que em todas as regiões há maior concentração de 1 ou 2 cursos por destino.

#### Gráfico 2 - Destinos indutores e regiões em relação ao número de cursos

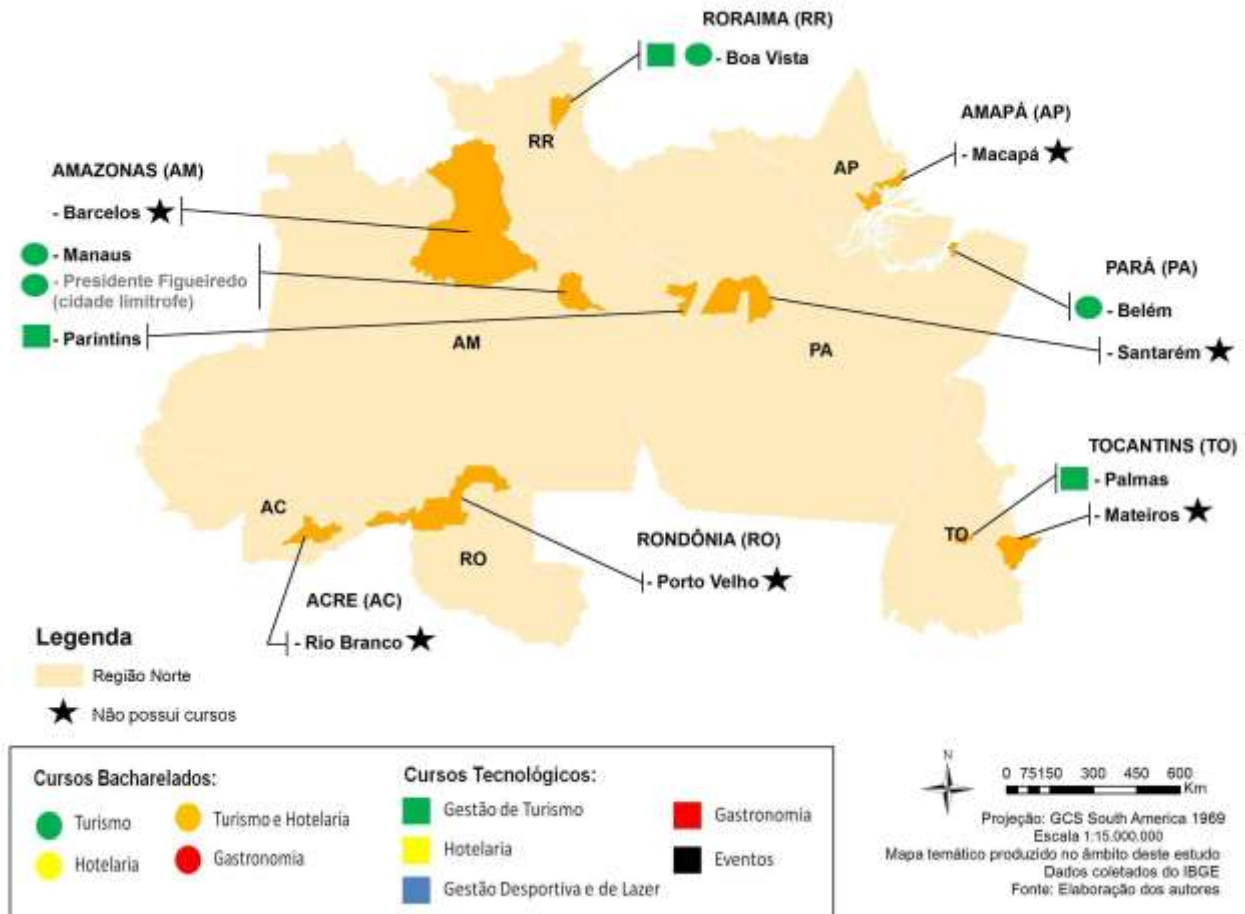


Fonte: Elaboração dos autores (2014)

A seguir será apresentado um conjunto de figuras contendo mapas das regiões do Brasil, com destaque para a distribuição espacial dos cursos superiores públicos especificados por grau (bacharelado ou tecnológico) e área do curso. Também são enfatizados os destinos indutores que não possuem cursos e as cidades limítrofes que contam com essa oferta.

Na Figura 1 observa-se a distribuição espacial dos cursos superiores públicos de turismo e áreas afins na região Norte do país.

**Figura 1 - Mapa de distribuição de cursos superiores de turismo e áreas afins nos destinos indutores do turismo na região Norte**



Fonte: elaboração dos autores (2014).

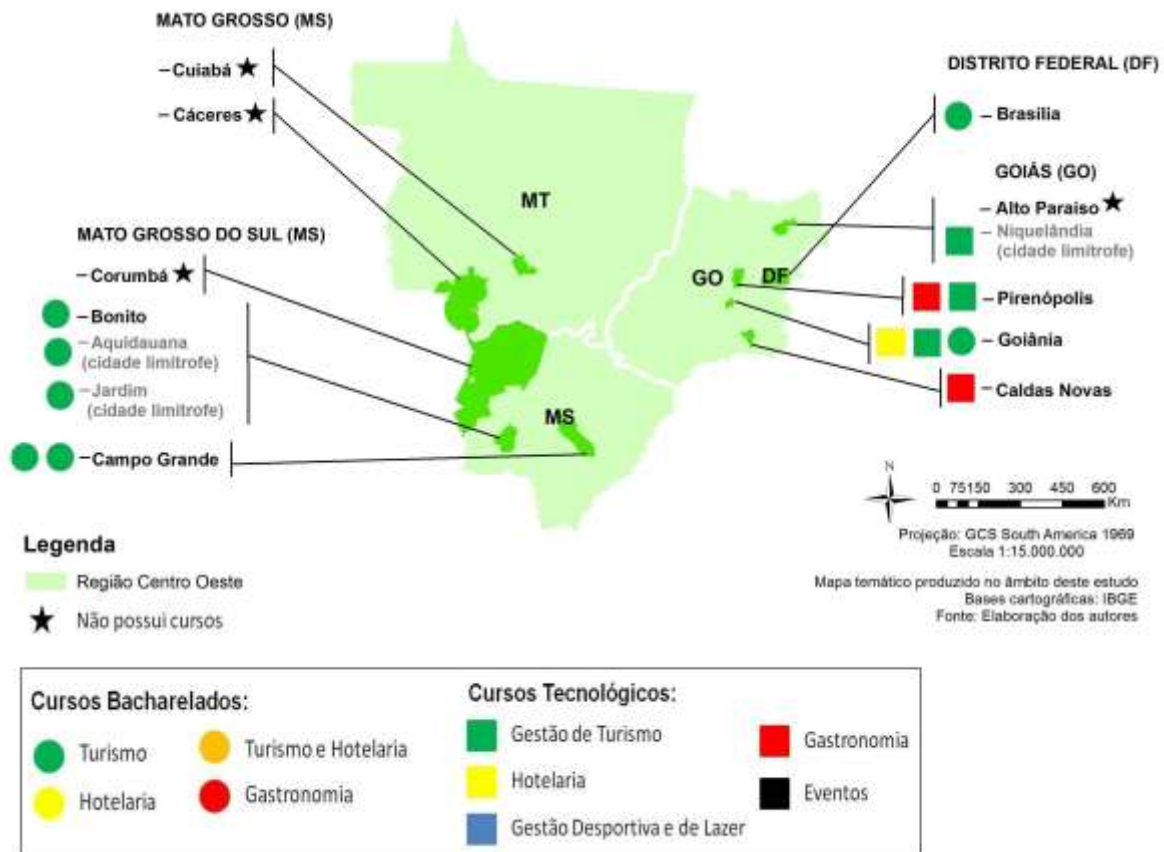
A região Norte possui 11 destinos indutores, dos quais 6 não contam com nenhum curso superior público de turismo ou áreas afins. Faz-se destaque, que deste total 3 são capitais (Macapá, Rio Branco e Porto Velho), fazendo com que o Norte seja a região que possui maior número de capitais sem cursos.

Em relação aos destinos indutores que possuem cursos, verifica-se que todos são na área de turismo em grau de bacharelado ou tecnológico. A cidade de Boa Vista assim como Manaus, são os destinos que possuem maior oferta de cursos na região, cada uma com 2 cursos. Ressalta-se, que foi verificado a existência de um curso localizado na cidade de Presidente Figueiredo, vizinha de Manaus.

A região Centro Oeste (Figura 2) conta com 10 destinos indutores, dos quais 4 não possuem cursos. Faz-se destaque para o estado de Mato Grosso que não possui nenhum curso em destino indutor. Diversamente, o estado de Mato Grosso do Sul conta com a maior quantidade de cursos de bacharelado em turismo da região.

No que se refere a diversidade das áreas, os destinos indutores em Goiás contam com um maior número de cursos tecnológicos de gastronomia e hotelaria.

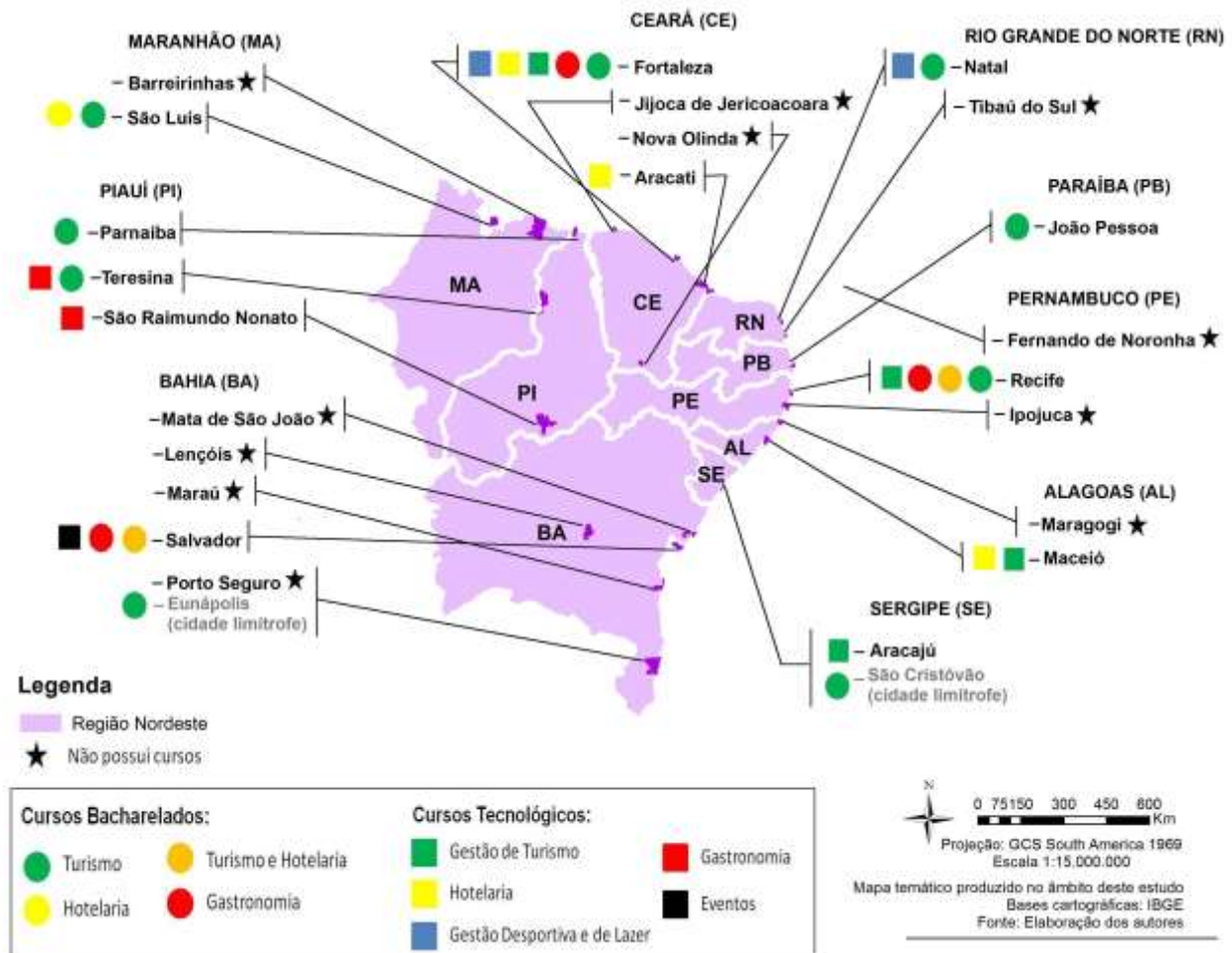
**Figura 2 - Mapa de distribuição de cursos superiores de turismo e áreas afins nos destinos indutores do turismo na região Centro-Oeste**



Fonte: elaboração dos autores (2014).

A região Nordeste (Figura 3) possui o maior número de destinos indutores, com um total de 23, dos quais 11 não possuem cursos superiores públicos de turismo e áreas afins. Todas as capitais contam com a oferta de cursos, no entanto Fortaleza se destaca como o destino indutor com maior diversidade de áreas de formação no país (turismo, gastronomia, hotelaria e gestão desportiva e de lazer). Também no destino Salvador encontra-se o único curso de bacharelado em “turismo e hotelaria” levantado na plataforma e-MEC.

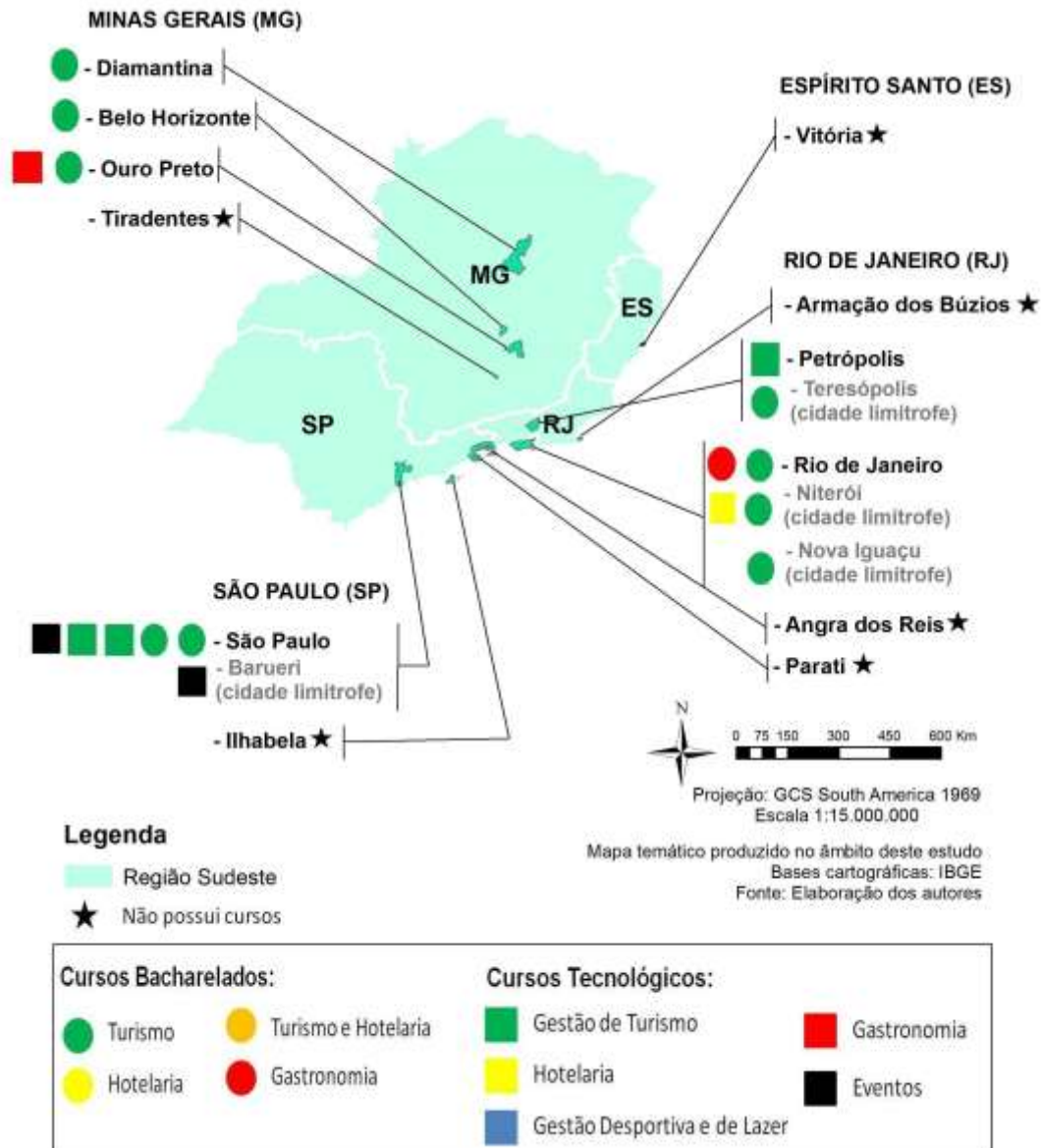
**Figura 3 - Mapa de distribuição de cursos superiores de turismo e áreas afins nos destinos indutores do turismo na região Nordeste**



Fonte: elaboração dos autores (2014).

A região Sudeste (Figura 4) possui 12 destinos indutores, os quais estão localizados predominantemente nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Consta-se que 6 destinos não possuem cursos, com destaque para Vitória como única capital na região que não possui oferta de cursos públicos de turismo e áreas afins. A cidade de São Paulo é o destino que possui maior número absoluto de cursos na região (6 cursos contanto com a cidade limítrofe de Barueri), no entanto eles são ofertados em uma mesma área turismo ou eventos.

**Figura 4 - Mapa de distribuição de cursos superiores de turismo e áreas afins nos destinos indutores do turismo na região Sudeste**

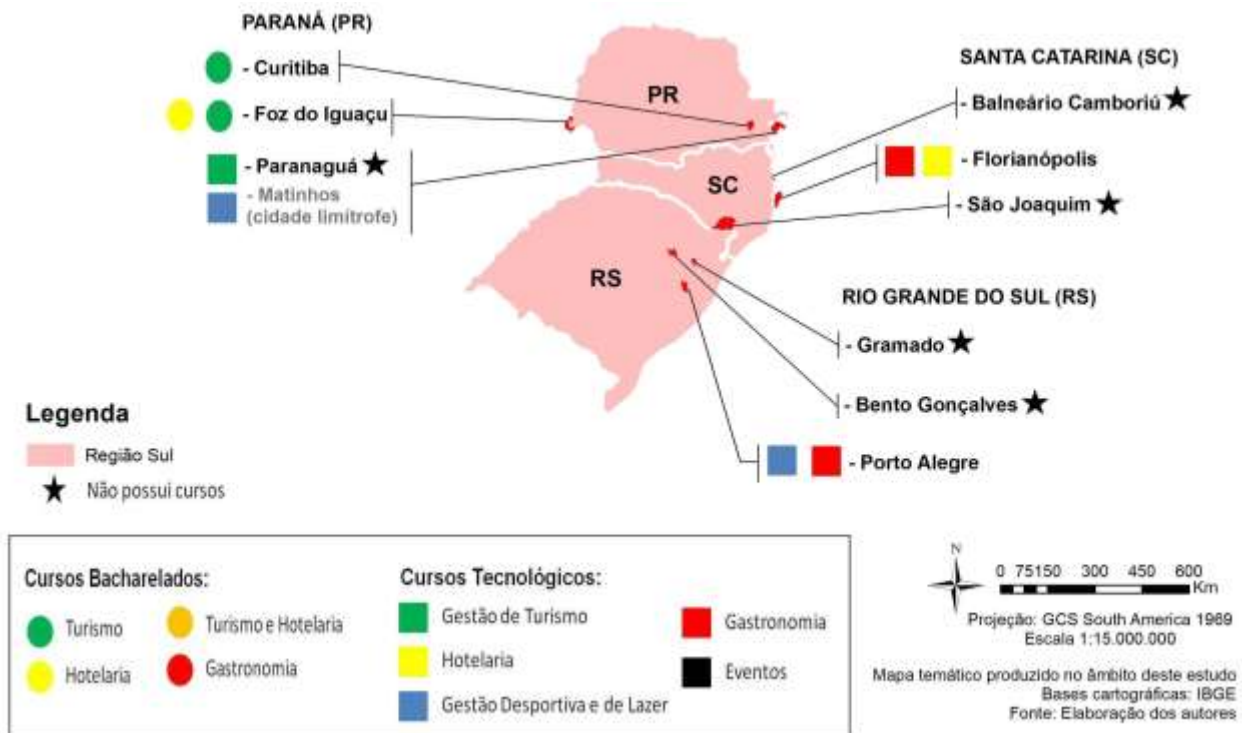


Fonte: elaboração dos autores (2014).

A região Sul (Figura 5) apresenta a menor quantidade de destinos indutores no país, com um total de 9 cidades, das quais 5 não contam com cursos de turismo e áreas afins. Os destinos indutores do estado do Paraná são os únicos na região que contam com cursos de bacharelado ou tecnológico em turismo. No que se refere aos demais Estados, constata-se que eles possuem sua oferta de cursos públicos ligados às áreas de gastronomia, hotelaria e gestão desportiva e do lazer.

**Figura 5 - Mapa de distribuição de cursos superiores de turismo e áreas afins nos destinos indutores do turismo na região Sul**





Fonte: elaboração dos autores (2014).

É interessante ressaltar que em todas as regiões brasileiras analisadas, há disponibilidade de cursos superiores públicos em nível de bacharelado ou tecnológico. No entanto, quando analisado cada Estado separadamente, constata-se que ocorre uma discrepância da oferta de cursos superiores. Os principais destaques referem-se aos estados que não possuem nenhum curso em destino indutor, e a pouca diversidade de áreas de formação, fato este presente em praticamente todas as unidades da federação, principalmente ao averiguar-se que nenhum destino contempla todas as áreas de formação constantes nos catálogos de cursos superiores do Ministério da Educação.

## Considerações finais

A atividade turística se insere em um contexto de complexidade e grande quantidade de informações, que ao longo das últimas décadas tem exigido dos profissionais atuantes no setor uma constante atualização e rápida adaptação às grandes mudanças enfrentadas pela sociedade. Neste sentido a qualificação da mão de obra tem sido apontada por muitos pesquisadores como peça fundamental para atingir uma melhor qualidade nos produtos e serviços turísticos, que possui forte impacto na competitividade de mercado.

A maior organização do setor do turismo no país ocorre, principalmente, após a instituição do Ministério do Turismo em 2003, que contou com a implantação de sucessivos Planos Nacionais

de Turismo, dos quais tem o Programa de Regionalização do Turismo e a definição de 65 destinos indutores como principal programa norteador do desenvolvimento do turismo no país.

A falta de um planejamento a longo prazo dos recursos humanos para o setor é revelado pelos resultados deste estudo que atestam que é desigual a oferta de cursos superiores públicos em turismo e áreas afins entre os 65 destinos indutores do turismo nas 27 unidades da federação. Constata-se que 5 Estados não contam com a oferta de cursos em seus destinos indutores (Espírito Santo, Mato Grosso, Rondônia, Acre e Macapá), enquanto alguns destinos concentram maior quantidade de cursos (São Paulo, Fortaleza, Recife e Rio de Janeiro). No entanto dentre esses destinos apenas Fortaleza apresenta a maior diversidade de áreas de formação. Situação contrária é evidenciada pela região Norte do país, que concentra apenas cursos na área do turismo, isso demonstra a necessidade de maior variedade de formação. Esse fato já foi evidenciado por autores que atestaram a importância da oferta de diferentes áreas e níveis de formação, de modo a constituir recursos humanos para suprir necessidades em diferentes áreas desde o nível operacional até decisões estratégicas.

Acredita-se que os dados obtidos no presente trabalho são inovadores na medida em que tratam do ensino superior em turismo e áreas afins não mais focados nos conteúdos e disciplinas, mas na distribuição espacial dos diferentes cursos. Isso se torna informação fundamental para a identificação de áreas prioritárias e de maior interesse de qualificação, principalmente em um momento no qual já se tem definido quais são destinos prioritários para o desenvolvimento no país.

Ao longo do estudo enfatiza-se a importância da qualificação da mão de obra e a necessidade de outros estudos e de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dos destinos indutores. As análises aqui apresentada também associam-se ao de outras investigações que reafirmam a necessidade urgente de um planejamento estratégico para a educação em turismo no Brasil.

Como sugestões para pesquisas futuras, enfatiza-se a necessidade de maior abrangência das análises efetuadas, incluindo outras regiões turísticas (ou não), assim como os cursos técnicos, que possuem grande importância na qualificação de mão de obra a curto prazo. Assim pretende-se que o diagnóstico apresentado incite outros trabalhos acadêmicos sobre a temática de forma a contribuir com a área de turismo e com o aprimoramento das discussões sobre o ensino superior, a disponibilidade de cursos e a importância da qualificação da mão de obra para o mercado de trabalho.

## **Referências**

- Airey, D., & Tribe, J. (2005). *An international handbook of tourism education*. Londres: Elsevier.
- Ansarah, M. G. dos R. (2002). *Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria*. São Paulo: Aleph.
- Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 (1996).

- Buratto, M., & Beni, M. C. (2001). Centro de excelência em estudos turísticos tramas da história da criação do Centro de Educação Superior II. *Turismo Visão E Ação*, 3(7), 105–112.
- Carvalho, W. L. de, & Rejowski, M. (2012). Tecnologia em eventos da faculdade HOTECH, São Paulo: proposta de formação versus atuação profissional de egressos. *Revista Hospitalidade*, 11(1), 82–104.
- Catramby, T. C. V., & Costa, S. R. R. da. (2004). Qualificação profissional em turismo como fator de competitividade do setor. *Caderno Virtual de Turismo*, 4(3), 26–34.
- Catramby, T. C. V., & Costa, S. R. R. da. (2005). Estudo de caso sobre a capacitação docente na área de turismo no estado do Rio de Janeiro. *Caderno Virtual de Turismo*, 5(2), 11–28.
- Cooper, C., Sheperd, R., & Westlake, J. (1994). *Tourism and hospitality education*. Londres: Guildford.
- Cooper, C., Shepherd, R., & Westlake, J. (2001). *Educando os educadores em turismo: manual de educação em turismo e hospitalidade*. São Paulo: ROCCA.
- Costa, C., Umbelino, J., & Amorin, E. (2012). A relação entre a formação superior em turismo e o planejamento turístico - o caso português. *CULTUR - Revista de Cultura E Turismo*, 6(2), 43–59.
- Dencker, A. F. M. (2002). *Pesquisa e interdisciplinaridade no ensino superior: uma experiência no curso de turismo*. São Paulo: Aleph.
- Dencker, A. F. M. (2007). *Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnica*. São Paulo: Futura.
- Goeldner, C. R., Richie, J. R. B., & Machintosh, W. R. (2002). *Turismo: princípios, práticas e filosofias* (8th ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Irving, M. A., & Azevedo, J. (2002). *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura.
- Ladkin, A. (2008). Carreiras profissionais e emprego. In *Educação Internacional em Turismo* (pp. 589–608). São Paulo: SENAC.
- Leal, S., & Padilha, M. A. (2008). O Brasil e a América Latina. In *Educação Internacional em Turismo* 2. São Paulo: SENAC.
- Lima, J. R. De, & Rejowski, M. (2011). Ensino superior em turismo: a produção acadêmica de dissertações e teses (2000-2009). *Revista Brasileira de Pesquisa Em Turismo*, 5(3), 406–432.
- Manfredi, S. M. (1999). Trabalho, qualificação e competência profissional: das dimensões conceituais e políticas. *Educação & Sociedade*, 19(64).
- MEC. (2010). *Catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia*. Brasília: Ministério da Educação.
- Moesch, M. (2012). *A origem do conhecimento, o lugar da experiência e da razão na gênese do conhecimento do Turismo*.
- Morin, E. (2005). *Introdução ao pensamento complexo* (p. 120). Porto Alegre: Editora Sulina.
- Mota, K. C. N. (2003). Concepção de um planejamento sustentável da educação superior em turismo e hotelaria no Brasil. *Revista Turismo Em Análise*, 14(2), 103–126.
- Mota, K. C. N. (2011). *Educação superior em turismo no Brasil: análise dos cursos no contexto contemporâneo e a oferta tecnológica nos Institutos Federais no Nordeste*. Universidade do Vale do Itajaí.
- Mota, K. C. N., & Anjos, F. A. dos. (2012). Educação superior em turismo no Brasil : Análise da oferta de cursos superiores no Nordeste brasileiro pelos institutos federais. *Revista Brasileira de Pesquisa Em Turismo*, 6(1), 48–63.

- Mtur. (2010). *Índice de competitividade do turismo nacional - 65 destinos indutores do desenvolvimento regional* (p. 80). Brasília: Ministério do Turismo.
- Mtur. (2013). *Índice de competitividade do turismo nacional - 65 destinos indutores do desenvolvimento regional*. Brasília: Ministério do Turismo.
- Panosso Neto, A. (2009). Filosofia e epistemologia do Turismo. In *Cenários do Turismo Brasileiro*. São Paulo: Futura.
- Rejowski, M. (1996a). *Turismo e pesquisa científica*. São Paulo: Papirus.
- Rejowski, M. (1996b). *Turismo e pesquisa científica: pensamento internaciona X situação brasileira*. Campinas: Papirus.
- Rejowski, M., & Carneiro, J. B. (2003). Formação e capacitação de recursos humanos em turismo. In *Turismo contemporâneo: desenvolvimento, estratégia e gestão*. São Paulo: Atlas.
- Ruschmann, D. V. de meene, & Tomelin, C. A. (2013). *Turismo, ensino e práticas interdisciplinares*. Barueri: Manole.
- Silveira, C. E., Medaglia, J., & Gândara, J. M. G. (2012). Quatro décadas de ensino superior de turismo no Brasil: dificuldades na formação e consolidação do mercado de trabalho e a ascensão de uma área de estudo como efeito colateral. *Turismo Visão E Ação*, 14(1), 6–18.
- Sogayar, R. L., & Rejowski, M. (2011). Ensino superior em turismo em busca de novos paradigmas educacionais: problemas, desafios e forças de pressão. *Turismo Visão E Ação*, 13(3), 282–298.
- Stergiou, D. (2008). Ensino. In SENAC (Ed.), *Educação Internacional em Turismo* (pp. 383–399). São Paulo.
- Teixeira, R. M. (2001a). A educação superior em turismo: um estudo comparativo Brasil e o Reino Unido. *Turismo Visão E Ação*, 4(8), 9–27.
- Teixeira, R. M. (2001b). Ensino superior em turismo e hotelaria no Brasil: um estudo exploratório. *Revista Turismo Em Análise*, 12(2), 7–31.
- Tomazoni, E. L. (2007). Educação Profissional em Turismo - Cria-se Mercado pela Formação ? *Revista Turismo Em Análise*, 18(2), 197–219.
- Trigo, L. G. (1998). *A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo*. Campinas: Papirus.
- Trigo, L. G. (2000). A importância da educação para o turismo. In B. H. G. Lage & P. C. Milone (Eds.), *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas.